



**Governo do Estado de São Paulo
Companhia Docas de São Sebastião
Conselho de Administração**

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 189.00000242/2023-10

Interessado: Conselho de Administração

Assunto: Ata Reunião Conselho de Administração da Companhia Docas de São Sebastião

ATA DA DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA QUINTA (235ª) REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO (REUNIÃO ORDINÁRIA), REALIZADA EM DEZOITO DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO. Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às dez horas, reuniram-se os Conselheiros de Administração: Arthur Luis Pinho de Lima, Alexandre Ernesto Corrêa Sampaio, Laís Vita Mercês Souza, Andrezza Rosalém Vieira, Mariana Uchôa e José Geraldo Siqueira Vantine. Iniciou-se a reunião em cumprimento à seguinte **Ordem do Dia: 1. Movimentação operacional do Porto de São Sebastião. 2. Andamento dos processos de contratação de serviços de apoio. 3. Contencioso Trabalhista. 4. TAC 070/2013. 5. Processo de arrendamento. 6. Renovação do Convênio de Delegação. 7. Acordo Coletivo de Trabalho - ACT - 2024/2025. 8. Aprovação da proposta de orçamento 2025 SEI 189.00000221/2024-85 (deliberação). 9. Informes Gerais. 1. Movimentação operacional do Porto de São Sebastião. O Conselheiro Alexandre Ernesto apresentou ao Conselho de Administração da Companhia Docas de São Sebastião a movimentação operacional do Porto de São Sebastião referente ao mês de junho de 2024. A movimentação de cargas acumuladas até junho de 2024 foi de 759.974 toneladas, um aumento de 56,89 % em relação ao mesmo período do ano anterior (484.379 toneladas). Os principais produtos movimentados foram o açúcar a granel, representando 38% da movimentação de cargas, seguido pela barrilha a granel representando 26%, coque de petróleo, representando 14%, malte e cevada, 8%, e açúcar em sacas e bags, 6%. A receita até junho de 2024 foi da ordem de R\$ 26.100.130, representando um aumento de 16,27% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 22.447.701). A Tabela I, infraestrutura aquaviária, se destaca como a principal fonte de receita para o Porto de São Sebastião, devido aos navios-tanques que atracam no terminal da TRANSPETRO. A ocupação do berço, em junho de 2024, foi de 96%, registrando acréscimo de 41,17% em relação ao mesmo período de 2023. 2. Andamento dos processos de contratação de serviços de apoio. O Conselheiro Alexandre Ernesto contextualizou o Conselho sobre o tema. Para atender algumas frentes, estão sendo realizados estudos para terceirizar serviços essenciais**

para atendimento a questões legais, estatutárias e operacionais. **i)** Planejamento Estratégico / Plano de Negócios / Relatório Integrado / Política de Gestão de Riscos. O valor médio obtido foi de R\$ 382.000. O processo foi sobrestado pela Diretoria, pois não há dotação orçamentária. **ii)** Auditoria. Pregão eletrônico realizado 27/05/2024 (desconto 38,06%). Contrato assinado com a empresa RUSSEL BEDFORD. R\$ 38.000/mês. 1ª reunião realizada em 24/06/2024. **iii)** Consultoria de Direito Ambiental. Contratação finalizada, contrato assinado em: 15/02/2024. Foi realizada reunião *kick-off* em 07/03/2024. **iv)** Consultoria para Comunicação Social. O processo foi cancelado por motivo de inviabilidade de execução em virtude do custo, tendo como valor médio obtido de R\$ 6.400.000 para 12 meses. A SEMIL disponibilizou um profissional para dar apoio aos assuntos relacionados à comunicação social da Companhia Docas. **v)** Direito trabalhista / cível / público / tributário. O termo de referência foi finalizado. Estão sendo realizadas as cotações de preço no mercado. Previsão de 60 dias. **vi)** Contratação de vigilantes. TR finalizado para contratação de 3 vigilantes. Cotação CADTERC: R\$ 92 mil/mês. Processo sobrestado, pois não há dotação orçamentária. **vii)** Consultoria para Mapeamento de Processos e Força de Trabalho. Processo sobrestado, pois não há dotação orçamentária. **viii)** Apoio ao setor de operação. Está em fase de elaboração de Termo de Referência. Processo sobrestado, pois não há dotação orçamentária. **ix)** Direito Regulatório. Sobrestado. **x)** Escritório de Projetos de Engenharia. Sobrestado. **3. Contencioso Trabalhista.** A Dra. Sidneia informou que atualmente a companhia possui 70 processos em andamento, com um passivo atualizado até 1º de julho no valor de R\$ 15.256.546, sendo R\$ 14.000.000 classificados como prováveis, R\$ 974.179 como possíveis e R\$ 251.278 como remotos. As indenizações pagas até 15 de julho de 2024 totalizaram R\$ 5.256.000, com parcelamentos a vencer de R\$ 1.000.180. Ressaltou que não há movimentações processuais significativas no momento e que a equipe está aguardando retornos de processos em recursos relacionados a precatórios. Sr. Ernesto comentou que o orçamento proposto para o exercício de 2024 previa R\$ 2.000.000 para contencioso trabalhista, mas quase R\$ 6.000.000 já foram pagos no primeiro semestre. Destacou a imprevisibilidade do judiciário, observando que as decisões podem impactar o passivo até o final do ano. Mencionou também que, por precaução, o orçamento de 2025 já contempla os R\$ 14.000.000 classificados como prováveis na pior hipótese, visando evitar surpresas como as ocorridas neste ano. Sr. Vantine fez uma indagação sobre a origem das demandas trabalhistas, questionando se existiam novas ações ou se tratavam-se de demandas mais antigas, especialmente as relacionadas à Dersa. A Dra. Sidneia esclareceu que a maior parte do passivo é oriunda das ações da Dersa, ou seja, empregados da sucessão trabalhista. Alguns empregados concursados ingressaram com ação pedindo equiparação salarial, não havendo êxito na maioria dos casos. **4. TAC 070/2013.** Sra. Sidneia informou sobre o processo de judicialização, que visa a sua extinção. Mencionou que a equipe permanece aguardando a marcação de uma audiência de conciliação, com a data ainda a ser definida para este ano. Sr. Ernesto Sampaio lembrou a todos da importância do assunto e destacou que, anteriormente, foi recebida a informação de que a audiência poderia ser agendada apenas para abril de 2025. No entanto, ainda não houve resposta da Vara sobre o agendamento da audiência, apesar dos esforços para antecipá-la. Sr. Vantine solicitou uma síntese do assunto discutido, uma vez que não se recordava completamente do TAC. Sidneia explicou que o TAC surgiu em 2013 após uma visita do Ministério Público do Trabalho ao Porto de São Sebastião, quando a Dersa havia terceirizado os serviços realizados pela guarda portuária, o que foi

considerado uma violação pelo Ministério Público na época. Contudo, com a reforma trabalhista de 2017 e a decisão do STF, a terceirização foi permitida, incluindo a guarda portuária. A Companhia Docas, então, judicializou o pedido de revisão do TAC para permitir a terceirização da guarda portuária. A justiça indeferiu a concessão de uma liminar, e apesar de ter sido agendada uma audiência para 2025, o Ministério Público já apresentou uma contestação. A Companhia Docas está buscando antecipar a audiência para resolver o processo e permitir a contratação de vigilantes para a guarda portuária. Sr. Ernesto mencionou que o TAC contém um item que proíbe a contratação de mão de obra através de empresas interpostas para a execução de atividades atribuídas à guarda portuária. Ele ressaltou que a revisão trabalhista e a portaria do Ministério da Infraestrutura permitem a terceirização da guarda portuária, e que o objetivo é eliminar o TAC para assegurar a contratação de vigilantes com segurança jurídica. 5. Processo de arrendamento.

Sr. Ernesto detalhou que, no mês anterior, houve uma atualização significativa sobre o arrendamento da área do SSB 01. Foram realizadas duas reuniões formais entre a Companhia Docas e o Ministério de Portos, nos dias 13 de maio e 17 de julho de 2024, para discutir a modelagem e projeções relacionadas ao processo. Além disso, no dia 11 de julho, a Secretária Natália, da SEMIL, convocou uma reunião com o secretário Benini da SPI, a Companhia Docas, o Ministério dos Portos e o secretário nacional de portos Alex Ávila, para obter informações sobre a modelagem e conhecer os próximos passos. No dia 12 de julho, o governador do estado de São Paulo se reuniu com o ministro dos Portos para solicitar prioridade no trâmite do processo. Posteriormente, no mesmo dia, um ofício do Ministério dos Portos foi recebido informando o envio dos estudos à ANTAQ. A intervenção do governador ajudou a acelerar o processo, que agora será analisada pela ANTAQ para posteriormente entrar em fase de audiência pública, prevista para ocorrer até setembro de 2024. Após a audiência pública, o Ministério dos Portos deverá analisar as contribuições recebidas e ajustar o processo conforme necessário até outubro, quando o processo será enviado ao TCU. A previsão é que o TCU analise o processo em cerca de 90 dias. Embora o TCU esteja acostumado com processos de arrendamento, pode haver atrasos devido ao recesso de fim de ano. A modelagem é considerada relativamente simples em comparação com outros arrendamentos mais complexos, e a expectativa é que o leilão ocorra na B3 até o final do primeiro semestre de 2025. A Conselheira Mariana Uchôa questionou se o andamento do processo de arrendamento conflitaria com o interesse na área 4B. Ernesto respondeu que para dar uma resposta detalhada sobre a modelagem, seria necessário discutir em um momento separado devido à natureza confidencial das informações, o que caracterizaria conflito de interesse com o conselheiro representante da classe empresarial. Arthur Lima sugeriu que Ernesto respondesse a Mariana de maneira privada. Lais Vita e Andrezza Rosalém concordaram que a questão poderia ser tratada de forma privada para não comprometer a agilidade dos trabalhos do Conselho. 6. Renovação do Convênio de Delegação.

Sr. Ernesto trouxe ao Conselho o convênio de delegação, celebrado em 2007, que permite à União transferir a administração e exploração do Porto de São Sebastião ao Estado de São Paulo e que tem validade até 2032. Em maio de 2023, a titular da pasta da SEMIL, secretária Natália, enviou um ofício ao secretário nacional de portos solicitando a prorrogação antecipada do convênio. A solicitação incluiu uma nota técnica justificando a necessidade da prorrogação, iniciando assim uma série de negociações entre a SEMIL, o Ministério de Portos e a Companhia Docas. Em setembro de 2023, o Ministério confirmou a possibilidade de antecipar a renovação e enviou uma

minuta de termo aditivo para manifestação da Companhia Docas em dezembro. A partir de janeiro de 2024, houve uma série de tratativas, culminando em junho com a elaboração de uma nova nota técnica pela Secretaria Nacional de Portos e o envio da minuta final, em julho. Sr. Ernesto destacou que a parte burocrática está concluída, faltando apenas a assinatura formal em Brasília, atendendo ao pedido do ministro. A prorrogação proposta estende o convênio até 2057, proporcionando segurança jurídica para investimentos e políticas públicas do governo do Estado de São Paulo. Ele comentou que, em comparação com o convênio original, o termo aditivo não inclui novas obrigações relevantes, mas apenas atualizações legais que ocorreram desde 2007, como a manutenção do site eletrônico da Companhia Docas e a certificação de segurança do porto, que são exigências normativas já existentes. O debate também incluiu a questão do seguro da infraestrutura portuária, que enfrenta dificuldades de contratação devido à falta de interesse das seguradoras. Sr. Ernesto explicou que a Companhia está buscando alternativas e trabalhando com a Associação Brasileira dos Portos Públicos (ABEPH) para lidar com essa situação, que é comum a todos os portos públicos do Brasil. Sr. Vantine expressou satisfação com a renovação do convênio e solicitou ao presidente Arthur a inclusão na próxima pauta de uma discussão sobre o momento importante pelo qual o Porto está passando, incluindo a expansão do prazo do convênio de delegação e o processo de arrendamento. Ele destacou a importância da declaração do Governador sobre os investimentos no Porto de São Sebastião e sugeriu a análise dos cenários futuros. Sr. Arthur esclareceu que a discussão sobre o arrendamento não pode ser abordada no momento, pois ainda está sendo internalizada no Ministério de Portos. Ressaltou a importância de focar na administração do Porto até o término dos prazos previstos e sugeriu que a discussão estratégica sobre o arrendamento, caso seja relevante, poderia ser abordada no planejamento estratégico futuro da diretoria. Ele reiterou que a prorrogação do convênio é uma atualização natural que traz melhorias significativas, e a discussão sobre o arrendamento não possui base suficiente para ser deliberada no Conselho neste momento. Sr. Vantine concordou com a explicação, afirmando que sua proposta era mais para uma visão estratégica do que para deliberação imediata. 8. Aprovação da proposta de orçamento 2025 SEI 189.00000221/2024-85 (deliberação). Sr. Vagner apresentou a proposta orçamentária para o ano de 2025, que inclui investimentos de R\$34.000.000 para obras no Porto de São Sebastião e outros valores para custeio e despesas diversas, totalizando um orçamento de R\$91.181.000 para 2025. Este valor representa um aumento significativo em relação ao orçamento de 2024, que é de R\$59.000.000. Vagner esclareceu que a proposta reflete as necessidades identificadas e que a diferença no orçamento se deve a demandas reprimidas e novas exigências, como investimentos em infraestrutura e pagamento de ações judiciais trabalhistas. Sr. Arthur expressou preocupações sobre a plausibilidade dos números propostos e sugeriu considerar a atualização das tarifas portuárias e a busca de novas fontes de receita. Sr. Ernesto destacou que a proposta inclui uma obra de dragagem e os respectivos serviços de monitoramento ambiental. Ele também explicou que a área atual para o despejo de sedimentos da dragagem se tornará insuficiente, e que é necessário licenciar uma nova área de bota-fora de dragagem oceânica. O processo de licenciamento, com um custo de cerca de R\$ 2.000.000,00, está em andamento e depende de recursos específicos para custeio. A falta de recursos comprometerá a dragagem, o monitoramento ambiental e o licenciamento da nova área, além de impactar em investimentos essenciais, como a obtenção da certificação ISPS Code. Sr. Vagner apresentou detalhadamente

os investimentos necessários, incluindo adequações na infraestrutura elétrica, iluminação e segurança contra incêndios, além da expansão das balanças de pesagem de caminhões para a realização de operações mais eficientes. A falta de investimentos comprometerá o atendimento às exigências do Ministério Público do Trabalho e a implementação de melhorias essenciais. Sr. Arthur Lima questionou a necessidade de equipamentos próprios em vez de soluções na nuvem para armazenar informações e discutiu a segurança dos dados e a viabilidade de soluções mais econômicas. Sr. Vantine destacou a defasagem entre o aumento do faturamento e a necessidade de aporte de capital, sugerindo que a proposta de orçamento de R\$ 34.000.000,00 seja revisada para garantir que os investimentos prioritários sejam atendidos. Sr. Arthur enfatizou a importância de otimizar o orçamento e buscar novas fontes de receita. Sr. Vagner abordou a necessidade de ajuste nas expectativas de lucratividade e financiamento, destacando as diferenças entre a gestão de uma empresa pública e uma privada. Sr. Arthur concluiu que a empresa deve estar ciente de que a lucratividade não virá imediatamente e que a receita própria será crucial para o futuro financeiro da empresa. **O conselho deliberou de forma unânime a proposta de orçamento de 2025. No entanto a diretoria executiva deverá buscar novas formas de auferir as receitas, além de estudar linhas de ações caso não seja atendida a totalidade de recursos e serem repassados por necessidades do acionista controlador.**

9. Informes Gerais. Sra. Orani informou sobre a conclusão do processo licitatório e a contratação da empresa RUSSEL BEDFORD. Estavam presentes Karen Cristine Vitkoski, representante da empresa contratada que iniciou sua apresentação explicando que a RUSSEL BEDFORD é uma empresa com abrangência nacional que oferece serviços de auditoria interna e externa, bem como serviços de outsourcing e educação. A empresa está atualmente começando os trabalhos com o Porto de São Sebastião, com um foco inicial em entrevistas para compreender os riscos e a complexidade das atividades. Karen detalhou que estão planejadas 13 entrevistas, das quais 6 já foram concluídas, com o objetivo de finalizar as 7 restantes até o dia 23 de setembro. Ela também mencionou que o plano de auditoria interna para 2024 está em elaboração, atendendo a exigências regulatórias. Após a conclusão, o plano será submetido para revisão e aprovação. Karen observou que pode haver necessidade de ajustes na previsão de horas trabalhadas e prometeu fornecer uma minuta do plano até o final do mês para análise. Sr. Arthur fez duas perguntas a Karen sobre a experiência da empresa em auditoria de companhias portuárias e contabilidade pública. Karen respondeu que a equipe tem experiência em auditorias de processos e contabilidade, mencionando exemplos de auditorias realizadas em empresas públicas e de economia mista, como a Sanepar no Paraná. Ela também destacou que o diretor Jorge Creme, responsável pela equipe, dará suporte adicional conforme necessário. Sr. Arthur questionou sobre o cronograma para a apresentação do plano de auditoria. Karen confirmou que a minuta será apresentada até o final do mês, e após a aprovação, os trabalhos seguirão conforme o cronograma definido. Com a ausência do Sr. Vantine, representante da classe empresarial, Sr. Ernesto mencionou a necessidade de esclarecimentos sobre a questão levantada pela Conselheira Mariana sobre o contrato temporário e arrendamento. Havendo a concordância de todos em retomar o tema, Sr. Ernesto Sampaio explanou sobre o assunto. Os questionamentos foram atendidos satisfatoriamente.

7. Acordo Coletivo de Trabalho - ACT - 2024/2025. O tema foi abordado sem a presença da Conselheira representante da classe trabalhadora, Conselheira Mariana Uchôa, a fim de evitar conflito de interesse. Em tempo, restou decidido, de forma unânime, que, para futuras reuniões, sempre que houver itens específicos,

como questões empresariais ou assuntos que envolvam discussões relacionadas aos empregados, cujos temas apresentam possíveis conflitos de interesse com os membros do colegiado, estes devem ser tratados ao final da pauta. Sr. Arthur agradeceu a participação de Mariana Uchôa e solicitou que ela se retirasse para que a discussão sobre o acordo coletivo pudesse ser retomada. Sr. Ernesto apresentou ao Colegiado toda as fases da negociação. Informou que a pauta de reivindicações apresentada pelo Sindicato pleiteou itens além dos parâmetros estabelecidos pela CPS, conforme Ofício Circular CPS nº 01/2024. Reforçou que as negociações foram conduzidas em conformidade com as diretrizes estabelecidas, com a manutenção de 2,77% de reajuste, seguindo rigorosamente os parâmetros da CPS. Em virtude do impasse nas negociações, foi necessário celebrar termo aditivo ao ACT 2023/2024 por 90 dias, em conformidade com uma decisão do STF que vedou a ultratividade das normas coletivas. O termo aditivo é necessário para manter os termos do ACT vigente, uma vez que o STF proibiu a extensão automática de acordos coletivos anteriores. Foi destacado que a manutenção do ACT é importante para preservar as cláusulas vigentes, benefícios como plano de saúde e turno de revezamento 12 x 36 da guarda portuária. O colegiado, por unanimidade, validou a condução das negociações dentro dos parâmetros legais e das diretrizes da CPS, solicitando que seja mantido informado sobre o status das negociações até a sua conclusão. Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião da qual eu, Adriana Hortega Roque, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos Conselheiros.

São Sebastião, 18 de julho de 2024

ARTHUR LUÍS PINHO DE LIMA
Presidente do Conselho de Administração

ALEXANDRE ERNESTO CORRÊA SAMPAIO
Conselheiro de Administração

LAÍS VITA MERCÊS SOUZA
Conselheira de Administração

ANDREZZA ROSALÉM VIEIRA
Conselheira de Administração

MARIANA UCHÔA
Conselheira de Administração

JOSÉ GERALDO SIQUEIRA VANTINE
Conselheiro de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Ernesto Correa Sampaio, Diretor Presidente**, em 25/09/2024, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrezza Rosalém Vieira, Secretária Estadual de Desenvolvimento Social**, em 25/09/2024, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE GERALDO SIQUEIRA VANTINE, Usuário Externo**, em 25/09/2024, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Uchoa, Assistente Técnico Portuário I**, em 25/09/2024, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arthur Luis Pinho de Lima, Secretário-Chefe da Casa Civil**, em 25/09/2024, às 19:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lais Vita Mercedes Souza, Secretária de Estado**, em 30/09/2024, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0040939352** e o código CRC **7D560019**.
